



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

667/2018

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica a Bacia Olaria Jatobá, que fica na Avenida Senador Levindo Coelho, esquina com rua Primordial () com a finalidade de apurar a retirada de terra na bacia, fato que vem causando transtorno aos moradores e comerciantes do local, no dia 12/07/2018, às 10:00h.

A retirada de terra vem aumentando o mal cheiro do local, além disso, os moradores não foram informados dos procedimentos que serão realizados, o que tem causado vários transtornos.

Convidados:

- Josué Valadão – Secretário de Obras
- Walmir Matos – Coordenador Regional Barreiro
- Jackson Pinto – Secretário de Saúde
- Lidiane de Souza - Geru Barreiro – gerubb@pbh.gov.br

Belo Horizonte, 15 de Junho de 2018.

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em 15/06/2018
CA 579
Responsável pela distribuição

Vereador Iran Melo

Ao Senhor

Vereador Juliano Lopes

Presidente da Comissão Meio Ambiente e Política Urbana



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº

Requerimento de Comissão

670/2018

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

Requeiro a V. Exa; e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 48 e § do Regimento Interno, seja realizada **Visita Técnica** às 10:30 do dia 29 de junho de 2018, à Rua da Ressurreição na altura do número 2, esquina com Rua Redenção e Batista de Andrade - bairro São José.

Com a finalidade de atender ao **pedido mais recente** da Comunidade que solicita uma atenção especial desta Casa para que verifiquemos **a situação mais recente** do Parque Ecológico São José – Empreendimento 51 OP (Demanda da Comunidade Expressa no Orçamento Participativo), além

Pedimos para que sejam convidados para acompanhar a visita os seguintes órgãos:

FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS

PBH COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO REGIONAL – REGIÃO PAMPULHA

SUDECAP

GUARDA MUNICIPAL

POLÍCIA MILITAR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

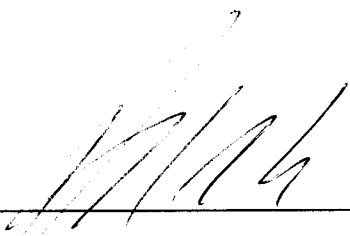
Eliana - DIRETORA DA ESCOLA ESTADUAL GUIA LOPES

eeguialopes@gmail.com

Sérgio - AMEI – Associação dos Moradores e Empreendedores do
Bairro Inconfidentes

serjao65@yahoo.com.br

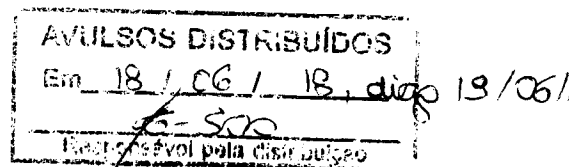
Belo Horizonte, 18 de junho de 2018.



GILSON REIS
VEREADOR

Ao Ilmo. Sr. Juliano Lopes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

671/2018

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, que apresente, nos termos do art. 129, I do Regimento Interno, a indicação anexa.

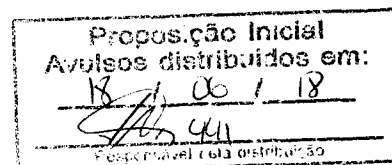
Belo Horizonte, 18 de Junho de 2018


Vereador GILSON REIS

Ao Senhor

Vereador Juliano Lopes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana



CMH-DIRET-18/Jun/18-15:15:06-002733-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 450/2018, de autoria do Vereador Gilson Reis, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, para sugerir o encaminhamento da Audiência Pública ao qual a Companhia se comprometeu: **O devido cadastramento e acompanhamento do caso das famílias levantadas em audiência, para que se dê a melhor condição a estas, tendo em vista o risco real de desabamento.** mais especificamente na área compreendida entre a ponte da Rua Zilah, no bairro Havaí, até o Ribeirão Arrudas.

Segue, anexo, o mencionado Requerimento.

Belo Horizonte, 18 de Junho de 2018

Vereador



GILSON REIS

Ao Senhor

Vereador Juliano Lopes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Requerimento de Comissão

450/2018

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada audiência pública com a finalidade de discutir as condições ambientais, sanitárias do Córrego Cercadinho, bem como as condições das residências localizadas em suas margens, no dia 22/05/2018 às 19h, na Escola Municipal Aminthas de Barros, Rua San Salvador, 71.

A realização desta audiência pública se justifica pela existência de *risco de desabamento de residências em função de solapamento das margens por ausência de intervenções estruturantes ao longo do curso do córrego. Em visita técnica realizada foi constatado o risco iminente de queda de pelo menos duas casas, além de evidentes problemas ambientais e sanitários.*

Sugiro sejam convidados:

Cláudius Vinícius Pereira Leite - Diretor-presidente da URBEL

Rômulo Thomaz Perili – Diretor de Operação Metropolitana da COPASA

Beatriz de Moraes Ribeiro – Superintendente da SUDECAP

Gelson Leite – Coordenador de Administração Regional Oeste

Genedempsey Bicalho Cruz – Superintendente da SLU

Para melhor debate acerca do tema, os convidados deverão abordar os seguintes aspectos: Situação das intervenções previstas através do DRENURBS e outros programas de obras e saneamento, bem como medidas imediatas para solucionar os problemas do Córrego, mais especificamente na área compreendida entre a ponte da Rua Zilah, no bairro Havaí, até o Ribéirão Arrudas

Belo Horizonte, 25 de abril de 2018.

Vereador Gilson Reis

Ao Senhor

Vereador Rafael Martins

Presidente da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
271.041-18
6.500
Fórmula em nota distribuída



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

672/2018

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, que apresente, nos termos do art. 129, I do Regimento Interno, a indicação anexa.

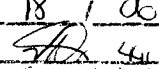
Belo Horizonte, 18 de Junho de 2018


Vereador GILSON REIS

Ao Senhor

Vereador Juliano Lopes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
18 / 06 / 18

Folha 1 de 1

CHBH_DIRETO-18/Jun/18-15:15:46-002754-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 450/2018, de autoria do Vereador Gilson Reis, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada à Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP, para sugerir o encaminhamento da Audiência Pública ao qual a Superintendência se comprometeu: **O conserto do muro de arrimo já existente, bem como a construção de novos muros de arrimo no local**, mais especificamente na área compreendida entre a ponte da Rua Zilah, no bairro Havaí, até o Ribeirão Arrudas.

Segue, anexo, o mencionado Requerimento.

Belo Horizonte, 18 de Junho de 2018

Vereador


GILSON REIS

Ao Senhor

Vereador Juliano Lopes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Requerimento de Comissão

450/2018

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada audiência pública com a finalidade de discutir as condições ambientais, sanitárias do Córrego Cercadinho, bem como as condições das residências localizadas em suas margens, no dia 22/05/2018 às 19h, na Escola Municipal Aminthas de Barros, Rua San Salvador, 71.

A realização desta audiência pública se justifica pela existência de risco de desabamento de residências em função de solapamento das margens por ausência de intervenções estruturantes ao longo do curso do córrego. Em visita técnica realizada foi constatado o risco iminente de queda de pelo menos duas casas, além de evidentes problemas ambientais e sanitários.

Sugiro sejam convidados:

Cláudius Vinícius Pereira Leite - Diretor-presidente da URBEL
Rômulo Thomaz Perili – Diretor de Operação Metropolitana da COPASA
Beatriz de Moraes Ribeiro – Superintendente da SUDECAP
Gelson Leite – Coordenador de Administração Regional Oeste
Genedempsey Bicalho Cruz – Superintendente da SLU

Para melhor debate acerca do tema, os convidados deverão abordar os seguintes aspectos: Situação das intervenções previstas através do DRENURBS e outros programas de obras e saneamento, bem como medidas imediatas para solucionar os problemas do Córrego, mais especificamente na área compreendida entre a ponte da Rua Zilah, no bairro Havaí, até o Ribeirão Arrudas

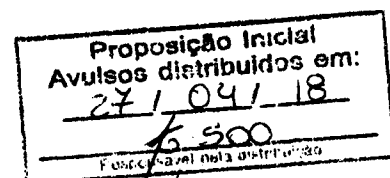
Belo Horizonte, 25 de abril de 2018.


Vereador Gilson Reis

Ao Senhor

Vereador Rafael Martins

Presidente da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

673/2018

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) pedido de informação sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte (PMGIRS-BH).

No site oficial da Prefeitura de Belo Horizonte, consta que o último evento realizado em relação a execução do Plano é datado no dia 26/11/2016, denominado "4ª etapa: Proposição de diretrizes, metas, estratégias e ações", referente a Programação de 2016.

Posto isso, faz jus os seguintes questionamentos:

1. Qual o status de execução do PMGIRS-BH?
2. Como se dará a fiscalização e o acompanhamento das metas imposta pelo plano?
3. Quanto está orçado para sua execução?

O presente pedido de informação tem o objetivo de esclarecer as medidas tomadas pelo poder Executivo e reforçar as funções típicas do Poder legislativo em seu papel de fiscalizador.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2018.

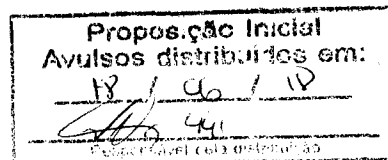
Vereador Gabriel

Ao Senhor

Vereador Juliano Lopes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

CMBH_DIREG-18/jun/18-14:53:09-002749-1





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

674/2018

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, que apresente, nos termos do art. 129, I do Regimento Interno, a indicação anexa.

Belo Horizonte, 18 de Junho de 2018


Vereador GILSON REIS

Ao Senhor

Vereador Juliano Lopes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

CMH DIRLEO-18/JUN/18-15:16:05-0002755-1

Propos.ção Inicial
Avulsos distribuídos em:

18 / 06 / 18

 441

Fórmula de distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 450/2018, de autoria do Vereador Gilson Reis, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada à Superintendência de Limpeza Urbana - SLU, para sugerir o encaminhamento da Audiência Pública ao qual a Superintendência se comprometeu: **A limpeza do Córrego Cercadinho**, mais especificamente na área compreendida entre a ponte da Rua Zilah, no bairro Havaí, até o Ribeirão Arrudas.

Segue, anexo, o mencionado Requerimento.

Belo Horizonte, 18 de Junho de 2018

Vereador



GILSON REIS

Ao Senhor

Vereador Juliano Lopes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Requerimento de Comissão

450/2018

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada audiência pública com a finalidade de discutir as condições ambientais, sanitárias do Córrego Cercadinho, bem como as condições das residências localizadas em suas margens, no dia 22/05/2018 às 19h, na Escola Municipal Aminthas de Barros, Rua San Salvador, 71.

A realização desta audiência pública se justifica pela existência de *risco de desabamento de residências em função de solapamento das margens por ausência de intervenções estruturantes ao longo do curso do córrego. Em visita técnica realizada foi constatado o risco iminente de queda de pelo menos duas casas, além de evidentes problemas ambientais e sanitários.*

Sugiro sejam convidados:

Cláudius Vinícius Pereira Leite - Diretor-presidente da URBEL

Rômulo Thomaz Perili – Diretor de Operação Metropolitana da COPASA

Beatriz de Moraes Ribeiro – Superintendente da SUDECAP

Gelson Leite – Coordenador de Administração Regional Oeste

Genedempsey Bicalho Cruz – Superintendente da SLU

Para melhor debate acerca do tema, os convidados deverão abordar os seguintes aspectos: Situação das intervenções previstas através do DRENURBS e outros programas de obras e saneamento, bem como medidas imediatas para solucionar os problemas do Córrego, mais especificamente na área compreendida entre a ponte da Rua Zilah, no bairro Havaí, até o Ribeirão Arrudas

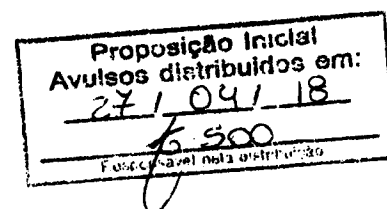
Belo Horizonte, 25 de abril de 2018.

Vereador Gilson Reis

Ao Senhor

Vereador Rafael Martins

Presidente da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente



HRH DRLD-26/307/19-13-12-15-043320-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

675/2018

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, que apresente, nos termos do art. 129, I do Regimento Interno, a indicação anexa.

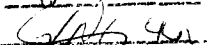
Belo Horizonte, 18 de Junho de 2018


Vereador GILSON REIS

Ao Senhor

Vereador Juliano Lopes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
18 / 06 / 18

Proposição distribuída em:

CMBH_DIREG-18/Jun/18-15:16:22-002756-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 450/2018, de autoria do Vereador Gilson Reis, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada à **a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA**, para sugerir o encaminhamento da Audiência Pública ao qual a Companhia se comprometeu: **A devida coleta de esgoto, a criação de estação de captação, bem como a criação de parcerias para conscientização dos moradores quanto à manutenção do espaço**, mais especificamente na área compreendida entre a ponte da Rua Zilah, no bairro Havaí, até o Ribeirão Arrudas.

Segue, anexo, o mencionado Requerimento.

Belo Horizonte, 18 de Junho de 2018

Vereador


GILSON REIS

Ao Senhor

Vereador Juliano Lopes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Requerimento de Comissão

450/2018

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada audiência pública com a finalidade de discutir as condições ambientais, sanitárias do Córrego Cercadinho, bem como as condições das residências localizadas em suas margens, no dia 22/05/2018 às 19h, na Escola Municipal Aminthas de Barros, Rua San Salvador, 71.

A realização desta audiência pública se justifica pela existência de risco de desabamento de residências em função de solapamento das margens por ausência de intervenções estruturantes ao longo do curso do córrego. Em visita técnica realizada foi constatado o risco iminente de queda de pelo menos duas casas, além de evidentes problemas ambientais e sanitários.

Sugiro sejam convidados:

Cláudius Vinícius Pereira Leite - Diretor-presidente da URBEL

Rômulo Thomaz Perili – Diretor de Operação Metropolitana da COPASA

Beatriz de Moraes Ribeiro – Superintendente da SUDECAP

Gelson Leite – Coordenador de Administração Regional Oeste

Genedempsey Bicalho Cruz – Superintendente da SLU

Para melhor debate acerca do tema, os convidados deverão abordar os seguintes aspectos: Situação das intervenções previstas através do DRENURBS e outros programas de obras e saneamento, bem como medidas imediatas para solucionar os problemas do Córrego, mais especificamente na área compreendida entre a ponte da Rua Zilah, no bairro Havaí, até o Ribeirão Arrudas

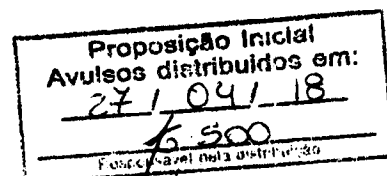
Belo Horizonte, 25 de abril de 2018.


Vereador Gilson Reis

Ao Senhor

Vereador Rafael Martins

Presidente da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

699/2018

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr Mário Werneck, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte pedido de informação sobre o PRAD – Programa de Recuperação de Área Degradada referente ao local conhecido como Granja Corumi, na região do Taquaril, neste município, com a disponibilização de uma cópia integral do processo administrativo número 01-124.854/03-49 , em especial os documentos referentes aos termos de ajustamento de conduta, ao termo de transação civil, à licença ambiental e o próprio PRAD – Plano de Recuperação de Área Degradada da Mina Corumi.

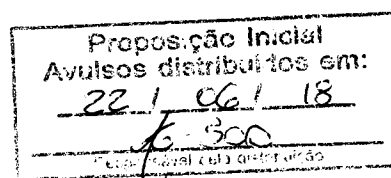
Belo Horizonte, 20 de junho de 2018.

Vereador Gilson Lula Reis

Ao Senhor

Vereador Juliano Lopes

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana



CHBH_DIRLEG-22/jun/18-16:39:41-002838-1



Parecer em 1º turno ao Projeto de Lei n.º 537/2018
Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

Relatório

Trata-se o presente de Projeto de Lei 537/2018 que *“Obriga a rede bancária do Município a disponibilizar sistema de senhas em braile e áudio e dá outras providências”*.

Remetido a Comissão de Legislação e Justiça, o parecer não foi apreciado por ausência de quórum, conforme certidão de fl.15.

Na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, não houve designação de novo relator dentro do prazo da Comissão.

Nos termos do art.80 do Regimento Interno fui designado relator pelo Presidente da comissão. Nessa qualidade, passo a fundamentação e voto.

Cumpre-nos esclarecer que neste momento a análise deve limitar -se aos aspectos de competência desta comissão permanente notadamente ao inciso IV, alínea “h” do art. 52 do Regimento Interno.

Em apertada síntese é o relatório.

Fundamentação

O projeto insere-se no âmbito do poder de polícia administrativa do Município, definido por Maria Sylvia Zanella Di Pietro como “a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. Esse interesse público diz respeito aos mais variados setores da sociedade, tais como segurança, moral, saúde, meio ambiente, defesa do consumidor, patrimônio cultural, propriedade”. (In “Direito Administrativo”, Ed. Atlas, 1990, pág. 88)



O Código de Posturas contém as posturas destinadas a promover a harmonia e o equilíbrio no espaço urbano por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos no Município de Belo Horizonte.

Essas posturas estão reguladas no art. 2º, vejamos:

- I - as operações de construção, conservação e manutenção e o uso do logradouro público;*
- II - as operações de construção, conservação e manutenção e o uso da propriedade pública ou particular, quando tais operações e uso afetarem o interesse público;*
- III - o uso do espaço aéreo e do subsolo."*

Relevante também citar o art. 5º :

"As operações de construção, conservação e manutenção e o uso da propriedade pública ou particular afetarão o interesse público quando interferirem em direito do consumidor ou em questão ambiental, sanitária, de segurança, de trânsito, estética ou cultural do Município." (g.n)

O foco da propositura é fornecer senhas em braile e outras mudanças na rede bancária a fim de que os deficientes visuais possam exercer seus direitos de maneira autônoma.

No Município de Belo Horizonte já existe a Lei n.º 9.421/2007 que *"Obriga a rede bancária do Município a disponibilizar caixa eletrônico em braile"* o que possibilita que os deficientes visuais utilizem os caixas eletrônicos de maneira independente.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

A implementação de mudanças nos sistemas de senhas promoverá, ainda mais, a dignidade da pessoa humana, por tratá-los com a devida consideração e respeito.

Pelas razões expostas, manifesto favoravelmente ao projeto.

Conclusão

Por todo exposto, manifesto pela aprovação do Projeto.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2018.

Rafael Martins
Vereador



COMISSÃO PERMANENTE DE MEIO AMBIENTE E POLITICA URBANA

PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 566/2018

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

De autoria do Vereador Jorge Santos, o projeto de lei nº 566/2018 que “Regulamenta a política de publicidade educativa no Sistema Municipal de Transporte Coletivo Urbano de passageiros do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.”, vem a esta comissão para emissão de parecer.

Designado Relator para a matéria, passo a fundamentação de parecer, no termo do art. 52, IV “h”, do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em apreço regulamenta a exploração publicitária no transporte público de passageiros no Município de Belo Horizonte pelas concessionárias do serviço de transporte coletivo,

Segundo o autor, projeto visa subsidiar a formação de componentes essenciais à formação humana e cidadã, efetivando a construção de uma identidade social marcada pelo constante aprendizado.

Em justificativa, o mesmo relata que “o presente projeto se legitima e se sustenta em diversas garantias fundamentais constitucionais, sobretudo as de liberdade de expressão (Art. 5º, IV, CR/88), proporcionando um novo modelo de manifestação de direitos e informações que fomente a educação em diversos níveis, a fim de democratizar o acesso a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (Art. 5º, IX, CR/88), servindo como meio eficiente na construção cultural e disseminação da educação, independentemente de censura ou licença. Destaca-se por permitir o acesso à informação (Art. 5º, XIV e XXXIII CR/88), de forma a propagar conhecimentos essenciais para a construção de um raciocínio coletivo inclusivo, conveniente e saudável aliado aos direitos sociais, a educação e saúde (Art. 6º, CR/88), coadunando também com a Lei de Informações (Lei 12.527/11).

Em relação às posturas municipais, a Lei nº 8.616/2003 dispõe em seu TÍTULO VI - CAPÍTULO II sobre a instalação de engenho de publicidade,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

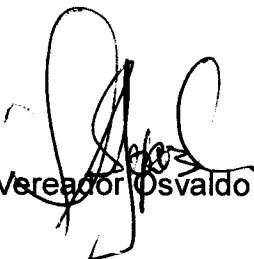
regulamentando todo engenho de publicidade exposto na paisagem urbana e visível de qualquer ponto do espaço público, não sendo devidamente especificado o tipo de exploração publicitária de que se trata a presente proposição.

Portanto, do ponto de vista de análise desta Comissão, e levando em conta as diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, não há óbice a aprovação do projeto.

CONCLUSÃO

Diante disso, concluo este parecer pela aprovação do projeto de lei nº 566/2018.

Belo Horizonte, 21 de Junho de 2018


Vereador Osvaldo Lopes



OF. GABPREF Nº 104 / 18

Belo Horizonte, 12 / 6 / 2018

Assunto: Resposta à **Indicação nº 24/2018** – Vereadores Mateus Simões, Doorgal Andrada, Gabriel Azevedo, Irlan Melo, Osvaldo Lopes e Rafael Martins– encaminhada pelo ofício DIRLEG Nº 780/18, de 02/04/18.

Senhor Presidente,

Reporto-me à Indicação nº 24/2018, de autoria dos Vereadores Mateus Simões, Doorgal Andrada, Gabriel Azevedo, Irlan Melo, Osvaldo Lopes e Rafael Martins, que sugere a avaliação e implantação das alterações de usos permitidos na Área da ADE Pampulha.

Consultada, a Secretaria Municipal de Política Urbana manifestou-se por meio do Ofício SMPU/GP nº 641/2018, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

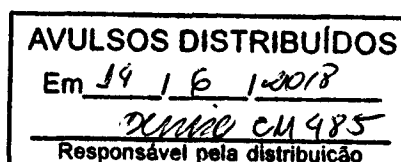
Cajo Barros Cordeiro

Diretor Técnico-Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

CMHDIRLEG-12/JUN/18-16:11:47-002678-1

CMHDIRLEG-12/JUN/18-16:11:47-002678-1

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
Vereador Henrique Braga
CAPITAL





PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

STed

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

OFÍCIO SMPU/GP nº 641/2018

Referência: Indicação 24/18, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2018.

Prezada Senhora,

Trata-se de resposta à Indicação 24/18, originária do Requerimento de Comissão nº 199/18 da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que sugere a avaliação e implantação de alterações de Usos Permitidos na ADE - Área de Diretrizes Especiais da Pampulha.

A ADE Pampulha, assim como as demais ADEs do município, é tema da legislação urbanística municipal, prevista no Plano Diretor municipal, Lei 7.166/96 alterada pela Lei 9.959/10, sendo essa regulamentada também pela Lei 9.037/05. A revisão de seu conteúdo está proposta no projeto de lei do novo Plano Diretor, PL 1.749/15. Vale ressaltar que parte da ADE Pampulha faz parte do Conjunto Moderno da Pampulha e as intervenções nesta área são tuteladas também pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM).

A região da Pampulha, da qual a ADE Pampulha faz parte, é uma área de interesse municipal e metropolitano de relevância ambiental e paisagística, com expressivo patrimônio cultural reconhecido internacionalmente, onde concentram-se residências unifamiliares e equipamentos de lazer. Observa-se que há interesses diversos para a área sendo importante, portanto, que a ADE se estruture de forma a conciliar estes interesses e permitir a fruição desejada para a região da ADE Pampulha.

Ilma. Sra.

Adriana Branco Cerqueira

Gabinete do Prefeito

Avenida Afonso Pena, 1212 - Centro

PBH - GABINETE DO PREFEITO
Recebido como: *o.m.*
Data: 24 / 05 / 2018
Nome: Deli
BR: 106918 nº: 1116

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA
Avenida Álvares Cabral, nº 217/ 6º andar - Centro - Belo Horizonte / MG
CEP: 30.170-000 - tel.: (31) 3246-0090 - smpu@pbh.gov.br

SUPLAN - TIAGO ESTEVES



As regras urbanísticas específicas estabelecidas para a ADE proporcionam baixas densidades construtiva e populacional, controle de exercício de atividades econômicas compatível com o local, restrição à verticalização, medidas para manutenção de altas taxas de permeabilidade do solo, limitações à interferência em subsolo, incentivo à preservação e criação de maciços arbóreos, além de condições para ampliação da característica da área como centralidade urbana reconhecida pela conservação do patrimônio ambiental e cultural que reúne.

A proposta apresentada pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte para avaliação da Subsecretaria de Planejamento Urbano (SUPLAN) é originada de duas entidades representativas dos moradores da região abrangida pela ADE Pampulha e tem como objetivo rever a restrição de atividades não residenciais no perímetro da ADE.

Deve-se dizer que cada uma das entidades apresentou uma lista própria de controle de atividades, com demandas tanto de ampliação como de restrição dos usos permitidos para a ADE. Anexa a este documento encontra-se análise pormenorizada das propostas apresentadas pelas entidades.

Cabe ressaltar que o controle de usos na região é disciplinado por classificação viária própria, em contraposição à regra geral municipal, que apresenta vias com três graus de permissividade de usos não residenciais, relacionadas à quatro grupos de atividades, sendo a maior parte das áreas definidas como área predominantemente residencial.

Todavia, considerando-se os diversos interesses incidentes na área, e ainda que o regramento da ADE Pampulha está incluído no Plano Diretor Municipal, é importante que discussões sobre alterações da ADE ocorram no âmbito das discussões do Plano Diretor como um todo, de forma a garantir sua coerência.

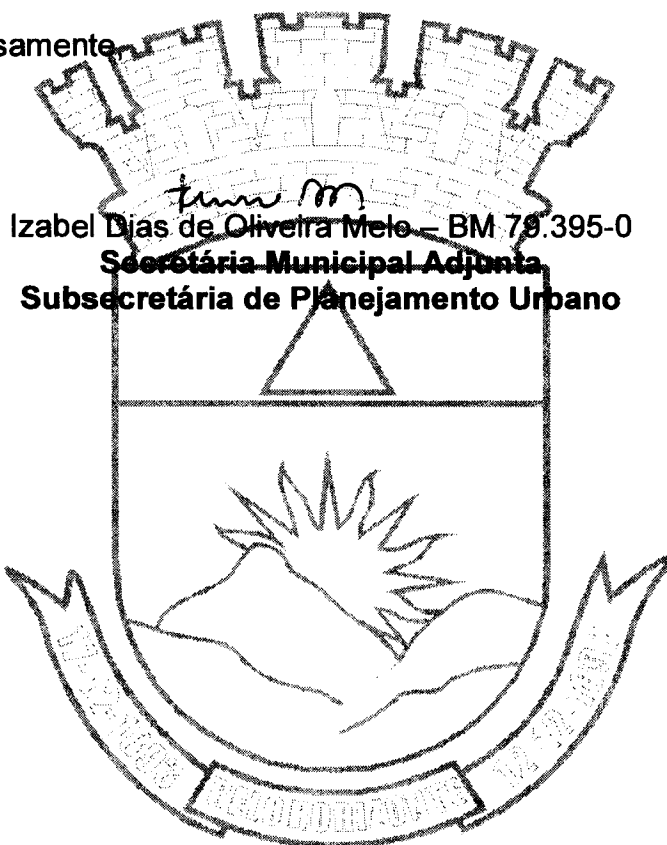
O projeto de Lei do Plano Diretor encontra-se hoje na Câmara Municipal de Belo Horizonte, dando continuidade ao processo democrático e participativo de sua construção, iniciado na IV CMPU - Conferência Municipal de Política Urbana, realizada em 2014.



A ADE Pampulha foi um dos temas abordados na IV CMPU, tendo sido pactuadas propostas de alteração no âmbito da revisão da legislação urbanística municipal como um todo, construída de forma coletiva e discutida entre os diversos setores da sociedade civil. Ressaltamos que participaram da IV CMPU 486 delegados eleitos (setores popular, técnico e empresarial), os quais apresentaram e votaram 647 propostas, entre os meses de fevereiro e agosto. A IV CMPU ainda contou com aproximadamente 6.000 participações nas plenárias.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,



Izabel Dias de Oliveira Melo – BM 78.395-0
Secretária Municipal Adjunta
Subsecretária de Planejamento Urbano



ANEXO

O documento encaminhado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte solicita alterações na ADE Pampulha sugerindo a implementação imediata de mudanças da legislação para os casos em que haja concordância entre as duas entidades e, para as reivindicações em que não existe consenso, propõe a submissão a estudos para avaliação.

A partir do levantamento das propostas apresentadas, tem-se:

Tabela 1 - Quantitativo por entidade das propostas de restrição e permissão de usos não residenciais da ADE Pampulha

Entidade	Número de Restrições propostas	Número de Permissões propostas
Pro Civitas	33	97
Terra Viva	47	40
Concordância	28	32

A fim de possibilitar uma melhor avaliação das alterações sugeridas pelas entidades foi feita a discriminação das solicitações considerando-se a classificação viária e o grupo de atividade de acordo com o potencial de geração de incômodos atribuído a cada atividade (de I a IV) de cada proposta, apresentadas nas tabelas 2, 3 e 4.

Tabela 2 - Quantitativo por grupo das propostas de restrição e permissão de usos não residenciais nas Vias nas Áreas Predominantemente Residenciais da ADE Pampulha

Vias nas Áreas Predominantemente Residenciais					
Entidades	Classificação das Atividades	Número de Restrições propostas	Número de restrições comuns às entidades	Número de Permissões propostas	Número de permissões comuns às entidades
Pro Civitas	Grupo I	5	4	10	9
Terra Viva		7		13	
Pro Civitas	Grupo II	3	3	3	2
Terra Viva		6		4	
Pro Civitas	Grupo III	0	0	0	0
Terra Viva		0		0	



Tabela 3 – Quantitativo por grupo das propostas de restrição e permissão de usos não residenciais nas Vias Previstas no inciso III do Art. 28 da lei 9037/05 da ADE Pampulha

Vias Previstas no inciso III do Art. 28 da lei 9037/05					
Entidades	Classificação das Atividades	Número de Restrições propostas	Número de restrições comuns às entidades	Número de Permissões propostas	Número de permissões comuns às entidades
Pro Civitas	Grupo I	0	0	4	4
Terra Viva		0		4	
Pro Civitas	Grupo II	2	2	1	1
Terra Viva		2		1	
Pro Civitas	Grupo III	1	1	1	1
Terra Viva		1		1	

Tabela 4 - Quantitativo por grupo das propostas de restrição e permissão de usos não residenciais nas Vias nas Áreas Predominantemente Residenciais da ADE Pampulha

Avenida Otacílio Negrão de Lima					
Entidades	Classificação das Atividades	Número de Restrições propostas	Número de restrições comuns às entidades	Número de Permissões propostas	Número de permissões comuns às entidades
Pro Civitas	Grupo I	10	9	67	12
Terra Viva		14		12	
Pro Civitas	Grupo II	9	6	11	3
Terra Viva		14		5	
Pro Civitas	Grupo III	3	3	0	0
Terra Viva		3		0	

A partir dos resultados do cruzamento das propostas, tem-se:

- Como apresentado na tabela 2, para a “Área predominantemente residencial” da ADE Pampulha identificada no Anexo VI da Lei 9.037/05, parte das propostas apresentadas sugerem ampliação da restrição de usos, destacando-se propostas de restrição de atividades de caráter cotidiano e frequente classificadas como Grupo I, como por exemplo:
 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros;
 - Comércio varejista de laticínios e frios;
 - Sorveteria;
 - Comércio varejista de plantas e flores naturais.



Sobre este ponto, deve-se dizer que para este tipo de localidade, estas atividades são permitidas na legislação vigente e que continuam autorizadas no PL 1.749/15. Entende-se que as atividades do Grupo I são permitidas em vias preferencialmente residenciais, pois são aquelas sem repercussões negativas relacionadas e, portanto, permanece o entendimento que não há necessidade de restringi-las na área residencial da Pampulha.

- Em contraposição às restrições, a proposta prevê para a mesma “Área predominantemente residencial” a inclusão de novas atividades também classificadas como Grupo I, por exemplo:
 - Corretores e agentes de seguros de planos de previdência complementar e de saúde;
 - Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente;
 - Atividades de profissionais da nutrição;
 - Atividades de psicologia e psicanálise;
 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte.

Tais atividades são usos ~~sem repercussões negativas~~ e que apresentam compatibilidade com o uso residencial, sendo possível de serem incorporadas às vias das áreas predominantemente residenciais da ADE. Assim, entende-se que, do ponto de vista urbanístico, estas alterações seriam adequadas.

- Para a mesma “Área predominantemente residencial” também foi sugerida a permissão de atividades do Grupo II, ou seja, aquelas permitidas em vias predominantemente residenciais, sob condições, exatamente por apresentarem incômodos, ainda que de pouca significância. Entre elas tem-se:
 - Serviço de acupuntura;
 - Atividades de fisioterapia;
 - Clínicas e residências geriátricas.

Também foi proposta a restrição de atividades do Grupo II, como:

- Academia de ginástica;
- Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo;
- Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas;
- Comércio varejista de livros;
- Comércio varejista de jornais e revistas;
- Laboratórios fotográficos;
- Educação infantil-pré-escola.



Observa-se, desta forma, que a proposta das entidades para inclusão ou retirada de atividades não apresenta uma lógica do ponto de vista da organização das atividades pelo tipo de repercussão na vizinhança. A falta de justificativas para a escolha específica destas atividades também não contribui para uma avaliação mais aprofundada das sugestões apresentadas.

- Já para as vias identificadas no Art. 28, inciso III da Lei 9.037/05, em que já há uma maior autorização às atividades não residenciais, foi proposta uma flexibilização da permissividade de uso. Foi sugerido que tais vias assumam permissividade de uso de vias arteriais, ou seja, vias de caráter misto tais como no restante da cidade, onde se busca a conjugação de usos residenciais e não-residenciais.

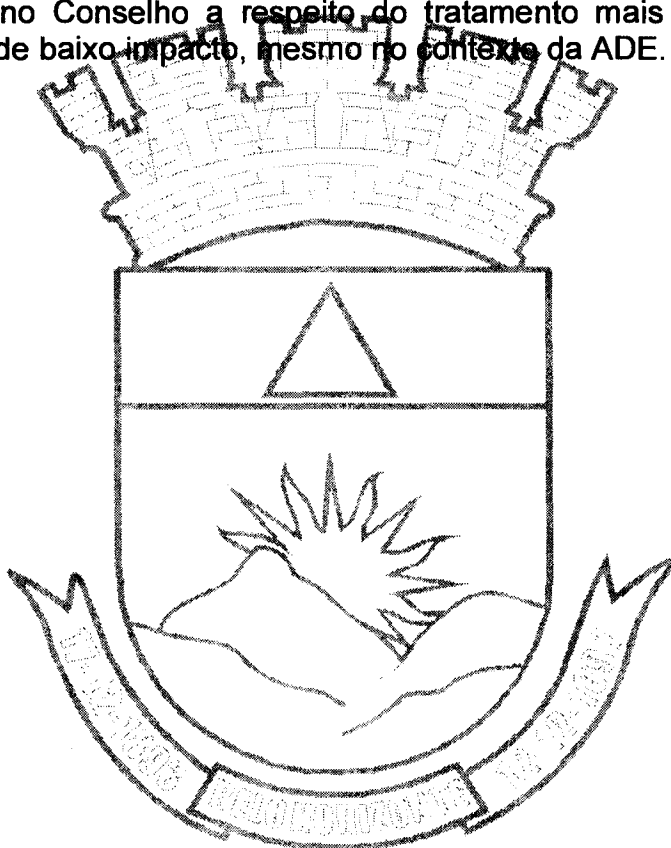
Quanto a este ponto, entende-se que se trata de mudança de grande significância para estes locais, considerando que as vias de caráter misto compreendem uma diversidade/quantidade de atividades permitidas muito superior àquelas hoje contempladas. Por outro lado, essas vias já são atratoras de atividades e referência para a população, que já foram anteriormente pactuadas como vias de maior diversidade de usos.

- Por fim, para a Avenida Otacílio Negrão de Lima, observa-se sugestão de restrição de atividades classificadas como "Serviços de diversão e esporte" e outras de suporte ao desenvolvimento destas atividades, como:
 - Restaurantes e similares;
 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
 - Produção teatral;
 - Produção e promoção de eventos esportivos;
 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê;
 - Exploração de boliches;
 - Atividades de exibição cinematográfica;
 - Salas de acesso a internet;
 - Agências de viagens.

Este último ponto merece destaque, pois contradiz de forma mais visível os objetivos e aspectos culturais e de lazer da ADE Pampulha. Compreende-se que a orla da lagoa já é um espaço de apropriação coletiva, usado para fins de lazer e turismo, e tão logo, a proposta se mostra contrária à manutenção e promoção da vivacidade do conjunto da Pampulha, patrimônio de Belo Horizonte.



Além das propostas de alteração dos usos não residenciais que compõem a classificação viária específica da ADE Pampulha, foram indicadas outras questões para análise, sendo elas: a solicitação para que haja Licenciamento Prévio como condição para o EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança, e que deixem de ser concedidos alvarás pela internet, e que o procedimento seja substituído pela avaliação mediante pareceres prévios que levem em conta as particularidades da região. Os procedimentos de licenciamento de impacto de vizinhança foram simplificados pelo Compur - Conselho Municipal de Política Urbana considerando a necessidade de simplificar o processo de licenciamento de empreendimentos de baixa repercussão negativa para a vizinhança. Portanto tais sugestões contrariam o entendimento pactuado no Conselho a respeito do tratamento mais expedito de atividades consideradas de baixo impacto, mesmo no contexto da ADE.



Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Requerimento
de Comissão 371/18

Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

OF. SMAICS/GACP/Nº 3721/18

Belo Horizonte, 05/06/18

Prezado Presidente,

CÂMARA MUN. DE BHTE 06/JUN/2018 15:34 000010764

Recebemos o Requerimento de Comissão nº 371/2018, de autoria do Vereador Gilson Reis, solicitando ao Executivo informações sobre o processo envolvendo a área para a qual existe uma demanda comunitária para a implantação do Parque Jardim América, especificamente em relação à real área pertencente ao proprietário do Índice Cadastral nº 484068W301 001-4; quem é o proprietário junto à Prefeitura de Belo Horizonte – PBH; se existe débito do imóvel identificado pelo Índice Cadastral; se existe débito do imóvel e qual é o valor; e se existe área remanescente objeto da desapropriação constante do Decreto nº 3.700/80 e qual seria a área remanescente.

Em resposta, informamos que, conforme a Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA, a área do terreno constante do Cadastro Imobiliário do Município, referente ao índice cadastral mencionado, é de 19.257m². A titularidade do referido índice cadastral está em nome de Silvana Gomes Hubaide e constam débitos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referentes a exercícios diversos, no montante de R\$ 7.960.088,08.

Existe área remanescente, originária da desapropriação promovida por meio do Decreto nº 3.700/80, correspondente a 193,12 m².

Na oportunidade, renovamos nossos votos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

Adriana Branco Cerqueira
Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e
Comunicação Social

Exmo. Sr. Presidente Vereador Henrique Braga
Câmara Municipal de Belo Horizonte
CAPITAL

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
Em <u>05/06/18</u>
<u>65</u>
Responsável pela distribuição

CMBH_DIRLEG-06/Jun/18-17:46:18-002539-1



Meio Ambiente
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

OF. SMAICS/GACP/Nº 4195 / 18

Belo Horizonte, 20 / 06 / 2018

Prezado Presidente,

Recebemos o Requerimento nº 512, datado de 10/05/2018, no qual são solicitadas informações sobre autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM, número 128/08 de 29/12/2008.

Em resposta, informamos que, conforme a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, segue resposta anexa.

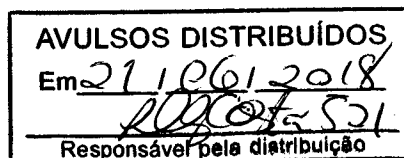
Na oportunidade, renovamos nossos votos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

Adriana Branco Cerqueira
Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e
Comunicação Social

COMAM MUNC. DE BHTE 21/JUN/2018 14:50 000010886

CMH_DIREG-21/jun/18-15:59:52-002813-1



Exmo. Sr. Presidente Henrique Braga
Câmara Municipal
CAPITAL

**SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO N.º 128/08

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA - PRAD

O Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM, no uso de suas atribuições, com base na Lei Municipal n.º 4.253, de 04 de dezembro de 1985, regulamentada pelo Decreto n.º 5.893, de 16 de março de 1988, na Lei Municipal n.º 7.277, de 17 de janeiro de 1997, concede ***Autorização para Recuperação de Área Degradada à Empabra. – Empresa de Mineração Pau Branco Ltda - para o empreendimento Área de Mineração da antiga Mina Fazenda Corumi***, bairro Taquaril, conforme Processo Administrativo n.º 01-124854/03-49 e deliberação em reunião ordinária do dia 10/12/2008.

O sem condicionantes

⊗ com condicionantes (válida somente acompanhada do Anexo I)

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2008

Murilo de Campos Valadares

**Secretário Municipal de Políticas Urbanas
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente**

Flávia Mourão Parreira do Amaral

**Secretária Municipal Adjunta de Meio Ambiente
Presidente, suplente, do Conselho Municipal do Meio Ambiente**

CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO N.º 128/08 – PRAD – PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA**EMPREENDEDOR: EMPABRA – Empresa de Mineração Pau Branco Ltda****EMPREENDIMENTO: Área de Mineração da antiga Fazenda Corumi – bairro Taquaril****PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 01-124854/03-49 e deliberação em reunião ordinária do dia 10/12/2008****ANEXO I**

ITENS	CONDICIONANTES	PRAZOS
1	Garantir que as medidas mitigadoras sejam conhecidas e implementadas pelas empreiteiras que trabalharão do local	Durante a execução do PRAD
2	Garantir que os programas de controle ambiental sejam conhecidos e implementados pelas empreiteiras que trabalharão do local	Durante a execução do PRAD
3	Apresentar projeto de drenagem referente à etapa de retirada de minério, compatibilizando o mesmo com o sistema de drenagem emergencial já implantado.	Previamente ao início da retirada das pilhas de minério.
4	Incluir, a cada seis meses, no relatório previsto na cláusula segunda do Termo e Transação Civil as informações: o cronograma atualizado, as propostas de mudanças de conformação dos platôs, a comprovação da eficácia das medidas adotadas para recuperação da área e ainda a descrição de todas as medidas mitigadoras implantadas, em especial aquelas relacionadas com o benefício e retirada do minério.	Durante a execução do PRAD
5	Apresentar proposta de uso futuro, que contemple além das normas relativas ao uso, ocupação e parcelamento do solo do Município, o potencial da área como zona de amortecimento e corredor ecológico nos termos definidos no Art. 2º da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 – SNUC.	Primeiro semestre do 3º ano de trabalho
6	Apresentar o projeto de conformação definitiva da área e o projeto de drenagem definitiva	Primeiro semestre do 3º ano de trabalho
7	Implantar programa de prevenção e combate a incêndios, integrado ao programa do Parque das Mangabeiras.	Durante a execução do PRAD
8	Garantir o tráfego de caminhões – carregados ou não – somente pela via de escoamento do minério.	Durante a execução do PRAD
9	Apresentar manifestação atualizada dos proprietários da propriedade aonde será implantada a via de escoamento do minério.	Previamente ao início das obras de implantação da estrada
10	Solicitar ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais a mudança da Cláusula Terceira do Termo de transação Civil, de forma a que seja permitida a retirada do minério <i>insitu</i> .	Previamente ao início da retirada do minério

CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO N.º 128/08 – PRAD – PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA

EMPREENDEDOR: EMPABRA – Empresa de Mineração Pau Branco Ltda

EMPREENDIMENTO: Área de Mineração da antiga Fazenda Corumi – bairro Taquaril

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 01-124854/03-49 e deliberação em reunião ordinária do dia 10/12/2008

NOTAS:

1 - Atender às determinações da Deliberação nº 86/2008 do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, publicada no DOM de 27/8/08.

2 - A SMAMA é favorável à supressão das espécies arbóreas situadas no traçado da via de escoamento do minério e na área degradada a ser recuperada, com reposição ambiental de acordo com as Deliberações Normativas do COMAM n.ºs 13/1992 e 16/1992.

3 - A autorização do PRAD pelo COMAM, não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.

Belo Horizonte – MG, 06 de junho de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE BHTE 07/JUN/2018 12:38 000010785

À

Câmara Municipal de Belo Horizonte

Ilmo. Sr. Presidente Vereador Henrique Braga

Ref. Of. DIRLEG N. 1.492/18

Prezado Sr. Presidente,

Reportamo-nos à solicitação constante do Requerimento de Comissão n. 516/18 relativo ao “pedido de informação para que pormenorize os procedimentos utilizados para a realização de suposta consulta à comunidade pela empresa de forma a orientar a instalação de uma unidade no bairro Santa Teresa”.

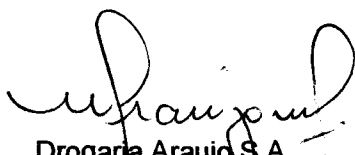
A criação de filiais da Drogaria Araujo faz parte de seu projeto de expansão para atender aos interesses da população Belo Horizontina e do Estado de Minas Gerais, visando não só propiciar uma maior presença de mercado, mas sobretudo acesso de seus clientes e frequentadores a uma rede de saúde, conveniência e bem-estar que esteja próxima de sua residência ou de seu local de trabalho.

Diversos fatores contribuem para a escolha do local de implementação de uma nova filial, desde questões estratégicas de mercado, concorrência, carência de estabelecimentos na região, demanda de clientes e interessados, e até mesmo decisões de interesse interno da própria Drogaria Araujo (atos *interna corporis*). Não existe um procedimento formal para a tomada desta decisão.

Esperamos que a filial a ser instalada no Bairro Santa Teresa possa anteder aos anseios da população local, o que nos foi reportado por diversos colaboradores e outras pessoas e clientes que residem ou frequentam rotineiramente a região, que de fato é carente de uma rede de farmácias e drogarias genuinamente mineira e que verdadeiramente se importe com os sentimentos e com os desejos do povo de Minas.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Drogaria Araujo S.A.
Modesto Carvalho de Araujo Neto
Presidente

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 7/6/18

65
Responsável pela distribuição

CMBH_DIRLEG-07/Jun/18-13:54:24-002559-1



OF. GABPREF Nº 117 /18

Belo Horizonte, 21 / 6 /2018

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 541/2018** – Vereador Mateus Simões – encaminhado pelo ofício Of. DIRLEG Nº 1.677/18, de 23/05/18.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 541/2018, de autoria do Vereador Mateus Simões, que solicita informações sobre o Projeto de Lei nº 529/18, de autoria do Executivo, o qual “Dispõe sobre a desafetação de área institucional, autoriza a alienação, na forma de permuta e dá outras providências”.

Consultada, a Secretaria Municipal Fazenda emitiu resposta por meio do ofício INTERNO/SUALOG/SMFA/057-2018, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

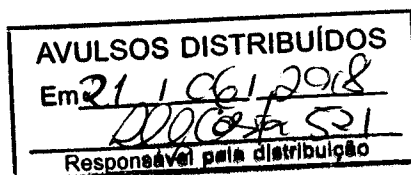
Atenciosamente,

Caio Barros Cordeiro

Diretor Técnico-Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

CMRRA MUNIC. DE BHTE 21/JUN/2018 14:44 000010879

CMRRA DIRLEG-21/JUN/18-15:58:59-002506-1



Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
Vereador Henrique Braga
CAPITAL



OFÍCIO INTERNO / SUALOG / SMFA / 057 - 2.018

Belo Horizonte, 05 junho de 2.018.

Ref.: Requerimento de Comissão 541/2018

Senhor Chefe de Gabinete,

O objetivo do Projeto de Lei nº 529/2018 é a regularização urbanística de áreas públicas e privadas, considerando que houve invasão recíproca, conforme relatório técnico anexo.

A permuta não trará prejuízos aos cofres públicos e tampouco perde patrimônio, uma vez que haverá a troca de 400 m² pelos lotes 17 e 18 do quarteirão 137 do bairro Vitória com a mesma dimensão da área pública.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

João Antônio Fleury Teixeira
Secretário Municipal Adjunto de Fazenda
Subsecretaria de Administração e Logística

CÓPIA

Ilmo. Sr.
Breno Serôa da Motta
Chefe de Gabinete da SMFA
Rua Espírito Santo, 605 - 5º andar, Centro.

Recebemos em:	06/06/18
Nome:	João Antônio
BM/RG:	2219
Órgão:	SMFA



Memorial Descritivo

Local: Área de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), originada de parte de área institucional de 11.299,85 m², localizada no lote 15 do quarteirão 137, lindeira ao lote 16 do mesmo quarteirão 137, do Bairro Vitória CP: 037-023-M, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Descrição: Inicia-se no ponto P1, no bordo da Rua Setecentos e Vinte e Seis, fixado na divisa do lote 16 com o lote 15 em questão, ambos do quarteirão 137, conforme planta topográfica objeto desta descrição.

Do ponto "P1", segue em linha reta, confrontando com o lote 16, do mesmo quarteirão 137, com distância de 19,81 metros, até encontrar o ponto P2.

Do ponto "P2", segue em linha reta, seccionando o lote 15 em questão, com distância de 9,86 metros e ângulo interno de 80°58'04", até encontrar o ponto P3.

Do ponto "P3", segue em linha reta, seccionando o lote 15 em questão, com distância de 1,72 metros e ângulo interno de 89°22'51", até encontrar o ponto P4.

Do ponto "P4", segue em linha reta, seccionando o lote 15 em questão, com distância de 9,83 metros e ângulo interno de 270°04'34", até encontrar o ponto P5.

Do ponto "P5", segue em linha reta, seccionando o lote 15 em questão, com distância de 21,83 metros e ângulo interno de 90°00'00", até encontrar o ponto P6.

Do ponto "P6", segue em linha curvilínea com os seguintes elementos de curva: ângulo central de 10°12'03", raio de 57,50 metros e desenvolvimento de 10,24 metros, pelo bordo da Rua Setecentos e Vinte e Seis, até encontrar o ponto P7.

Do ponto "P7", segue em linha curvilínea com os seguintes elementos de curva: ângulo central de 9°58'36", raio de 57,50 metros e desenvolvimento de 10,01 metros, pelo bordo da Rua Setecentos e Vinte e Seis, até encontrar o ponto P1, inicial desta descrição, fechando-se o polígono e perfazendo-se uma área de 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados).

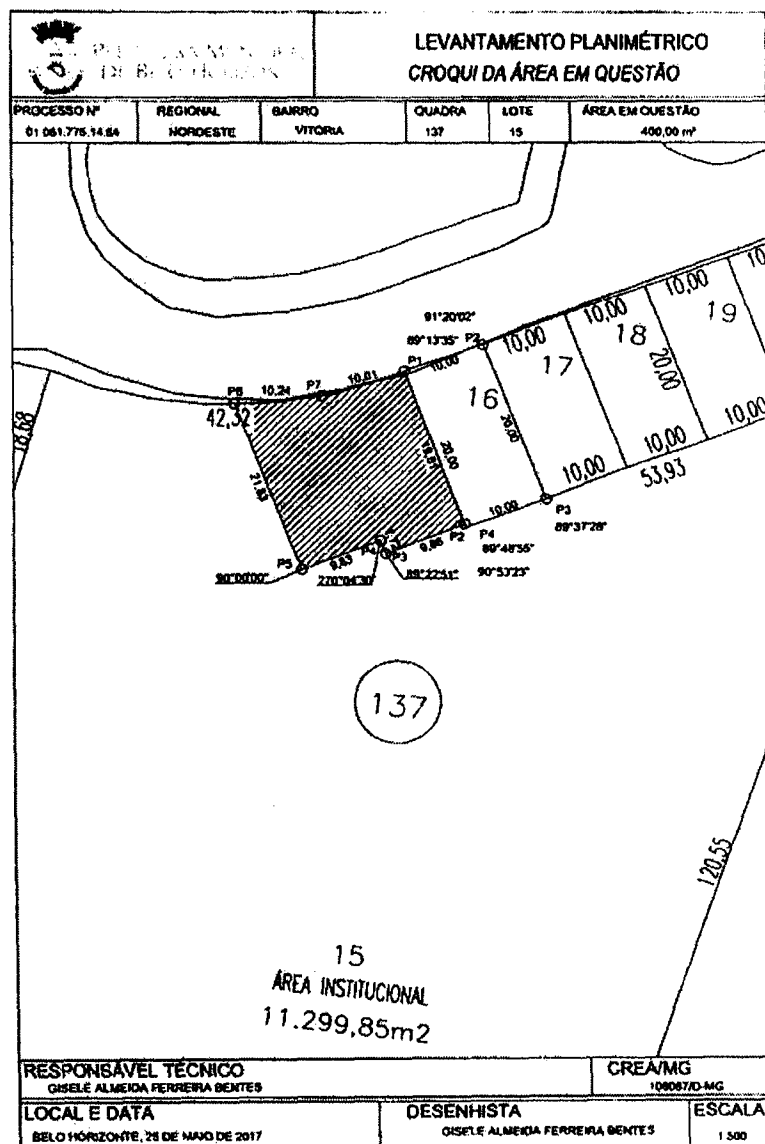
Belo Horizonte, 25 de Maio de 2017.

Gisele Almeida

Gisele Almeida Ferreira Bentes
CREA: 106067/D-MG.

PL 009/18

DIRTEG	PL
01	01





PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

VL 539/18

238
SAFASUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E APOIO
GERÊNCIA DE PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS

DIR. EG	FL.
43	6

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017

À DIRETORIA CENTRAL DE PATRIMÔNIO- DIRP

REF.: PROCESSO - 01-081775/14-64

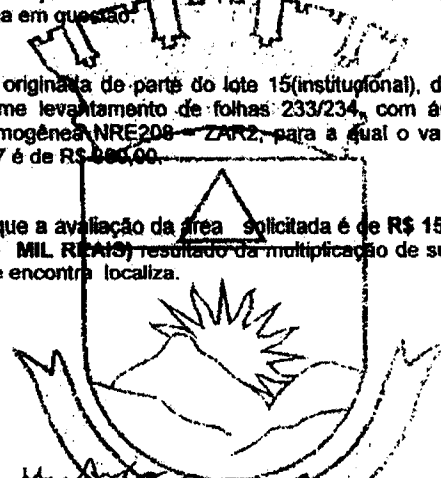
REQUERENTE: RSM CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Em atendimento à solicitação contida no despacho de folha 237-verso, expomos a seguir a avaliação para a área em questão:

Área de 400,00m² - originada de parte do lote 15 (institucional), do quarteirão 137, do Bairro Vitória, conforme levantamento de folhas 233/234, com área de 11.299,85m², inserida na Zona Homogênea NRE208 - ZAR2, para a qual o valor do m² de terreno referente ao ITBI-2017 é de R\$ 380,00.

Do exposto, tem-se que a avaliação da área solicitada é de R\$ 152.000,00 (CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL REAIS) resultado da multiplicação de sua área pelo valor do m² de terreno onde se encontra localizada.

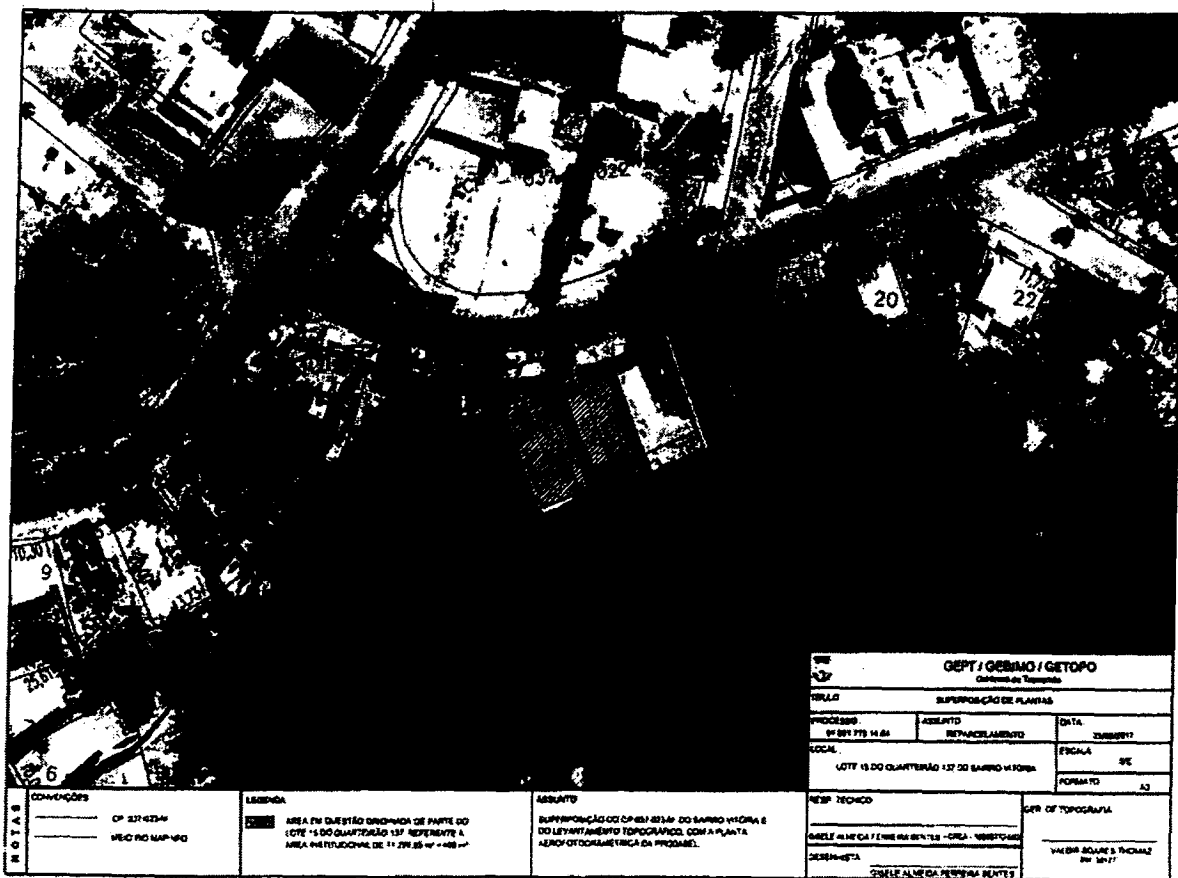
Atenciosamente,



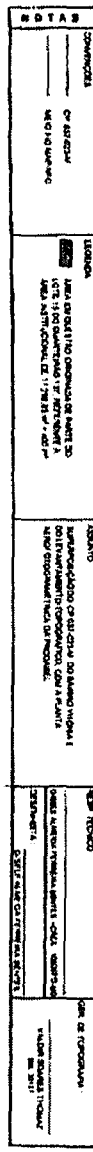
Marco Antônio Canheria Barzilos
Auditor Fiscal de Tributos Municipais - BM 28238-7
Gerência de Planta de Valores Imobiliários - GPVIM



AL 18/18



CONDIÇÕES OP 201-201-1 MED NO MAP-100	LEGENDA ÁREA EM QUESTÃO ORIENTADA DE PARTE DO LOT 15 DO QUANTERÃO 137 REPERENTE A ÁREA INSTITUCIONAL DE 11 296 25 m² - 11 296 25 m²	ASSUNTO SUPPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DO BARRIO VITÓRIA E DO LAYOUT TOPOGRÁFICO, COM A PLANTA AEROFOTOGRAFICA DA PROPOSTA.	PROJETO PROJETO DE BARRIO VITÓRIA E DO LAYOUT TOPOGRÁFICO, COM A PLANTA AEROFOTOGRAFICA DA PROPOSTA.	PROJETO PROJETO DE BARRIO VITÓRIA E DO LAYOUT TOPOGRÁFICO, COM A PLANTA AEROFOTOGRAFICA DA PROPOSTA.
--	---	--	--	--





PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

PL 529/18

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E APOIO TÉCNICO
GERÊNCIA DE PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS

2490
5

DIRLEG

FL.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2018

À SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG

À Diretoria Central de Patrimônio

Processo: 01-081.775-14/84

Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em atendimento a vossa solicitação, expomos a seguir a avaliação para as áreas em questão.

Trata-se de áreas de 200,00m², cada, localizadas na Rua Lourdes Gonçalves Barbosa, nesta Capital, índices cadastrais 7761370170010 e 7761370180014, respectivamente aos lotes 017 e 018 da quadra 137 do Bairro-Jardim Vitória.

As áreas em análise encontram-se inseridas na Zona Homogênea NRE208 - ZAR2, para as quais o valor do m² de terreno referente ao ITBI-2018 é de R\$ 380,00.

Do exposto, tem-se que a avaliação das áreas solicitadas é de R\$ 76.000,00 (SETENTA E SEIS MIL REAIS) para cada área em questão, resultado da multiplicação de sua área pelo valor do m² de terreno onde esta se localiza.

Sendo o que apresentamos para o momento, colocamo-nos a inteira disposição para prestar quaisquer outras informações que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Nonato

Marous Vitorius Martins Júnior
Auditor Técnico de Tributos - BM 111.958-1
Gerência de Planta de Valores Imobiliários - GPVIM

GECPS, 30/03/2017

Processo nº 01-081775-14-64

Interessado: RSM Construções e Participações Ltda.

Assunto: REPARCELAMENTO

Sr. Gerente,

Versa o presente expediente sobre pedido de REPARCELAMENTO dos lotes nºs 17 e 18, de propriedade de Fortaleza de Santa Terezinha Empreendimentos e Participações Ltda.; e do lote nº 15, destinado a "ÁREA INSTITUCIONAL", de propriedade desta Prefeitura – PBH, todos do quarteirão 137, do Bairro Vitória, nesta Capital, conformes matrículas nºs 70.016, 70.017 e 70.014, respectivamente, todas do 4º Ofício de Registro de Imóveis, requerido por R.S.M – Construções e Participações Ltda.

DO LOTEAMENTO

Conforme matrículas nºs 70.016, 70.017 e 70.014, dentre outras, acostadas em fls. 14, 16 e 17, o loteamento do Bairro Vitória (CP's 037-023-M; 037-022-M; 037-021-M; 037-020-M e 037-019-M) foi devidamente registrado em 26/04/1999, na serventia do 4º CRI, nos termos da lei federal 6.766/79, com a conseqüente transferência das áreas públicas para a municipalidade.

De acordo com a planta CP nº 037-023-M, a municipalidade aprovou, dentre outros, os lotes acima epigrafados, ou seja, os lotes 15; 17 e 18, todos do quarteirão 137, objetos do pedido de reparcelamento.

O versado loteamento foi realizado pela empresa proprietária da época R.S.M – Construções e Participações Ltda.

DOS FATOS

Acontece, entretanto, que a Administração Regional Nordeste ao utilizar, como bota-fora, o lote 15 em tela, locou a entrada do imóvel - portões - nos lotes 17 e 18, invadindo, desta forma, imóveis de propriedade de terceiros, sem a devida e justa indenização.

Desta monta, foi o requerente orientado a abrir processo visando o reparcelamento dos imóveis envolvidos, de sorte a possibilitar que a municipalidade ficasse com os dois lotes (17 e 18) e assim os proprietários recebessem ao lado áreas de iguais metragens (lotes com as mesmas metragens).

Ficou condicionado, ainda, o recebimento do loteamento do Bairro Vitória (CP's 037-023-M; 037-022-M; 037-021-M; 037-020-M e 037-019-M) somente após a conclusão do reparcelamento em questão.

Aberto o presente processo pelo loteador R.S.M – Construções e Participações Ltda., após longa tramitação, foi a planta aprovada tendo recebido a grafia de CP 037-077-F.

Com essa aprovação, o percentual de área pública não foi afetado, bem assim dos dois novos lotes – 36 e 37, que foram criados.

Participaram da referida aprovação do indigitado reparcelamento (CP 037-077-F) além da R.S.M – Construções e Participações Ltda. – como loteadora; a empresa Fortaleza de Santa Terezinha Empreendimentos e Participações Ltda., com proprietária dos antigos lotes 17 e 18 e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, como proprietária do antigo lote 15.

DA LEGISLAÇÃO

Abarca o referido procedimento de reparcelamento a lei municipal 7.166/96; o decreto 16.208/16, a lei orgânica de Belo Horizonte, além da regra maior, a lei federal 6.766/79 e, ainda, a lei do registro público 6.015/73.

CONCLUSÃO

Neste diapasão, vislumbramos que a aprovação contemplou parte excessiva, vez que o loteador não sendo mais proprietário dos imóveis tenha participado tanto ao requer quanto assinar como proprietário de bem.

Noutro giro, percebe-se o vício em tal aprovação, eis que houve desrespeito à regra maior do município - Lei Orgânica, assim como na legislação infra, ao permutar área sem o devido respaldo de lei singular, cuja desafetação e autorização seriam de caráter prévio.

Não obstante, foi tal aprovação submetido ao crivo do oficial imobiliário, que imbuído de legalidade proferiu notas de exigências legais – acostada em fls.223.

Vê-se pois que tal aprovação carece de legalidade, tornado o ato vicioso desde o seu nascedouro.



230
11

Se não houver lei desafetando o imóvel público bem como autorizando a sua permuta, o vício permanecerá, não tendo o condão de ser assentado no fôlio registral.


Resta, entretanto, alternativa que deveria ter sido implementada logo no início, de forma célere e amparada legalmente. Tal assertiva se baseia na rerratificação da planta cp. com inserção de quadro explicativo.

Em reunião com a oficiala substituta, Dra. Andréa do cartório do 4º Ofício, restou às seguintes possibilidades:

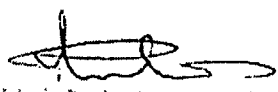
- a) que se faça a desafetação do bem público e consequente permuta, nos termos da legislação pertinente, gerando novas certidões para serem submetidas ao crivo registral; ou
- b) que se faça a inserção das correções na planta primitiva – CP nº 037-023-M, alterando o que for necessário, com quadro explicativo. Após, seja liberada certidão de origem com área, limites e confrontações para serem averbadas nas matrículas respectivas.

Como consequência, o CP 037-077-F deverá ser cancelado.

À consideração superior.


Francisco C. de F. Dias
35.142-7 - GECPS

De acordo.

 20.03.17
Paulo Sérgio Costa Ladeira - 144.715.004-0
Bacharel em Direito de Defesa - 144.715.004-0
Advogado - 144.715.004-0
OAB/SP 144.715.004-0



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 2.216/18

Belo Horizonte, 21 de junho de 2018


Senhor Vereador,

Considerando o Requerimento de Comissão nº 680/18, aprovado na 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, desta Câmara, em 20/6/18, informo a Vossa Excelência, para conhecimento, que se encontra disponível para consulta a resposta ao Requerimento de Comissão nº 559/18, que consolidou todas as questões das comissões sobre a execução orçamentária da Prefeitura de Belo Horizonte.

Para consultar a resposta do Requerimento de Comissão nº 559/18, acessar, na página inicial do portal da Câmara, "**Legislação e Proposições**" / "**Projetos e +**", selecionar a opção "**Requerimento de Comissão**", preencher 559 em **número**, 2018 em **ano** e clicar em "**Pesquisar**".

Segue anexo cópia do Requerimento de Comissão nº 680/18.

Atenciosamente,


Vereador Henrique Braga
Presidente

Recebido por: _____	NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE: _____	
Órgão: _____	
Em ____/____/____	Hora: _____

Excelentíssimo Senhor
Vereador Juliano Lopes
Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana
Câmara Municipal de Belo Horizonte
/rsf